



TODOS
PELA
EDUCAÇÃO



Análise

Educação nas eleições de 2026

Análise do Todos Pela Educação das propostas para a
Educação Básica dos candidatos à presidência da República

SETEMBRO 2026

Sumário

1. Introdução	3
2. Análise de propostas educacionais dos presidenciáveis 2026	6
2.1. Augusto Cury (Avante)	5
2.2. Flávio Bolsonaro (PL)	7
2.3. Luiz Inácio Lula da Silva (PT)	9
2.4. Renan Santos (Missão)	12
2.5. Romeu Zema (Novo)	14
2.6. Ronaldo Caiado (PSD)	16
3. Que mensagens as propostas apresentadas para a educação deixam?	19

1. Introdução

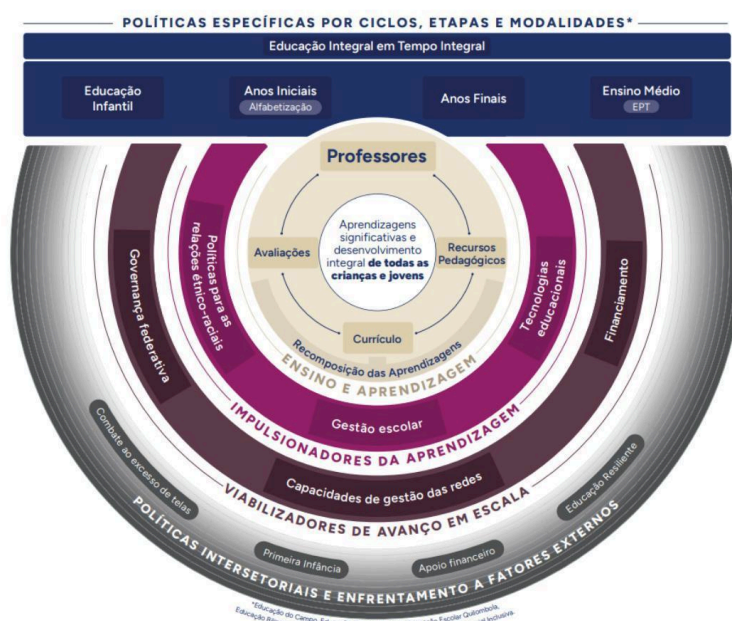
Em março de 2026, o Todos Pela Educação lançou o documento **Dois Movimentos, Uma Só Agenda**, com as principais contribuições para o debate eleitoral nacional no âmbito da Educação Básica. A próxima gestão federal precisará construir e implementar uma agenda educacional sistêmica e articulada, capaz de mobilizar diferentes políticas, etapas, atores e entes federativos em torno de um objetivo comum: assegurar aprendizagem com equidade para todos os estudantes. O Todos Pela Educação propõe uma agenda sistêmica articulada em torno de 22 temáticas conforme aponta a imagem ao lado.

Essa agenda deverá combinar dois movimentos complementares. O primeiro é de continuidade: fortalecer, aprimorar e ampliar políticas importantes que vêm sendo implementadas nos últimos anos e que apontam na direção correta. O segundo é de mudança: enfrentar limitações estruturais ainda presentes no sistema educacional e promover transformações mais profundas nas políticas que não têm produzido os resultados necessários.

Esse debate precisa começar ainda durante a campanha eleitoral. Os planos de governo dos candidatos devem explicitar não apenas os objetivos pretendidos para a educação, mas também quais políticas serão preservadas, quais mudanças serão promovidas e como essas diferentes iniciativas serão articuladas e implementadas ao longo do mandato.

A defesa de uma agenda sistêmica, no entanto, não significa ausência de prioridades. Ao contrário: diante da amplitude dos desafios educacionais, será necessário concentrar energia política, capacidade técnica e recursos em temas estratégicos para o período de 2027 a 2030. O Todos Pela Educação destaca quatro prioridades, por sua relevância diante dos principais desafios da educação brasileira, por sua capacidade de produzir efeitos transversais sobre diferentes etapas e políticas educacionais e porque, apesar de sua centralidade para a melhoria da aprendizagem, as agendas avançaram de forma insuficiente nos últimos anos. Conheça as quatro prioridades a seguir:

Visão sistêmica e articulada para as políticas nacionais da Educação Básica



**1 POLÍTICAS DOCENTES,
COM FOCO NA FORMAÇÃO INICIAL**

Priorizar a formação inicial e ampliar a atuação federal na indução, no financiamento, na avaliação e na regulação das licenciaturas, com foco na preparação efetiva para a docência.

**2 RECOMPOSIÇÃO
DAS APRENDIZAGENS**

Consolidar uma política permanente, com coordenação nacional, metas de redução dos estudantes abaixo do básico, monitoramento e apoio às redes nos eixos de currículo, avaliação, formação e materiais.

**3 REESTRUTURAÇÃO DAS AVALIAÇÕES
NACIONAIS DE APRENDIZAGEM**

Reestruturar o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), ampliando formatos de itens e complexidade cognitiva, incorporando tecnologias com critério e produzindo devolutivas mais ágeis e úteis ao trabalho pedagógico.

**4 EDUCAÇÃO INTEGRAL
EM TEMPO INTEGRAL**

Expandir a jornada com equidade, financiamento e infraestrutura adequados, assegurando intencionalidade pedagógica, integração curricular e experiências voltadas ao desenvolvimento integral.

1.1 Sobre esta análise

Este documento examina **os planos completos dos seis presidenciais mais bem posicionados nas pesquisas de intenção de voto em setembro de 2026**, com foco nas propostas para a Educação Básica. Para cada plano, são oferecidos os principais destaques e convergências com a agenda proposta pelo Todos Pela Educação e as proposições que exigem atenção. Ao final de cada análise, é apresentado um esquema visual que indica, em que medida, o plano de governo contempla as 22 temáticas da agenda sistêmica proposta no documento “Dois Movimentos, Uma Só Agenda” e se incorpora às quatro prioridades defendidas pelo Todos Pela Educação para o próximo ciclo.

Esta iniciativa não pretende avaliar candidaturas, atribuir notas, estabelecer rankings ou realizar qualquer juízo de valor político-eleitoral. Em consonância com a atuação suprapartidária do Todos Pela Educação, os planos são analisados a partir dos mesmos referenciais e critérios técnicos, independentemente da candidatura ou de sua orientação política.

As análises devem ser compreendidas como uma fotografia dos compromissos registrados nos documentos, sem antecipar avaliações sobre a capacidade ou a disposição das candidaturas para implementá-los, nem pretendem contemplar eventuais mudanças nas prioridades e compromissos expressos pelos candidatos ao longo da campanha eleitoral, ainda em curso. **Ao organizar as propostas de maneira transparente e comparável, a nota busca oferecer à sociedade civil, à imprensa e aos demais atores elementos para acompanhar os compromissos assumidos e cobrar resultados ao longo do próximo mandato.**

2. Análise de propostas educacionais dos presidenciais 2026

2.1. Augusto Cury (Avante)

Visão geral

O plano de governo dedica espaço relevante às transformações que considera necessárias para adequar a educação aos desafios contemporâneos. Defende uma experiência escolar voltada à formação integral dos estudantes e atribui aos professores um papel de mediação nesse processo, com ênfase no desenvolvimento de competências como gestão das emoções, pensamento crítico, criatividade e protagonismo. No entanto, concentra-se nessas grandes concepções pedagógicas, sem detalhar como o Ministério da Educação (MEC) utilizaria seus instrumentos de coordenação, indução e apoio para transformá-las em políticas concretas nas redes de ensino.

Link de acesso ao plano de governo: [AQUI](#)

Destaques

Entre os destaques do plano está a ampliação do Ensino Técnico integrado ao Ensino Médio e a aproximação das escolas com universidades, empresas e centros de inovação, fortalecendo as competências práticas e a preparação dos jovens para o mundo do trabalho.

Outro destaque é a Educação Integral em Tempo Integral, concebida como uma estratégia para ampliar e diversificar as experiências oferecidas aos estudantes. A proposta apresenta a escola como um “clube de desenvolvimento humano”, com atividades de teatro, música, esportes, cultura, debates e convivência, conferindo intencionalidade pedagógica à jornada ampliada.

O projeto “Brasil Neuroinclusivo”, por sua vez, prevê planos de inclusão nas escolas, adaptações pedagógicas, Atendimento Educacional Especializado (AEE) complementar e formação de professores, coordenadores e gestores em neurodiversidade. Também propõe articular escolas, famílias, serviços de saúde e assistência social. Por fim, a saúde emocional ocupa posição central no plano, com programas permanentes de prevenção da ansiedade, da depressão, da automutilação, do bullying e da violência escolar. A atenção ao tema responde a desafios contemporâneos que afetam as condições de aprendizagem e a permanência dos estudantes na escola.

Pontos de atenção

O principal ponto de atenção é que, embora o plano apresente propostas meritórias em sua concepção, há pouca clareza sobre o papel do governo federal e os instrumentos que seriam mobilizados para viabilizá-las. Na Educação Integral em Tempo Integral, por exemplo, a proposta pedagógica não é acompanhada de uma estratégia de expansão nem elucida como o governo federal poderia induzir seu avanço, por meio de financiamento, apoio à infraestrutura, assistência técnica ou formação dos profissionais. Na agenda docente, o plano enfatiza a formação continuada e as condições de trabalho, dimensões sob responsabilidade mais direta das redes de ensino, mas não aborda a formação inicial, o ponto mais crítico das políticas docentes atuais e uma área na qual o MEC dispõe de instrumentos mais efetivos de indução, financiamento, avaliação e regulação.

Também merece atenção a proposta de incorporar ao currículo temas como gestão da emoção, educação financeira, empreendedorismo, tecnologia e inteligência artificial. Embora sejam temas relevantes, o plano não explica como esses conteúdos seriam integrados à formação dos estudantes. Sua organização como componentes isolados poderia ampliar a fragmentação e a sobrecarga curricular, enquanto uma abordagem transversal e articulada às áreas de conhecimento tenderia a ser mais adequada. Uma mudança dessa natureza precisaria ser discutida no âmbito da revisão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), mas o plano não menciona esse processo nem explicita como suas propostas se relacionariam com o atual marco curricular. Esse é um exemplo da pouca articulação entre as concepções apresentadas e o arcabouço institucional e normativo que orienta a Educação Básica nacionalmente.

Visão sistêmica da proposta de Augusto Cury Com base na mandala temática de políticas educacionais nacionais elencadas pelo Todos Pela Educação	
* Para fins desta análise, "Outras modalidades" reúne Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola, Educação Bilingue de Surdos e Educação Especial Inclusiva.	Abrangência das 4 prioridades necessárias para o ciclo 2027-2030?
	1. FORMAÇÃO INICIAL DOCENTE Não
	2. RECOMPOSIÇÃO DAS APRENDIZAGENS Não
	3. REESTRUTURAÇÃO DAS AVALIAÇÕES NACIONAIS Não
	4. EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL Sim

2.2. Flávio Bolsonaro (PL)

Visão geral

O plano adota como princípio a ideia de que “escola boa é escola onde o aluno aprende”, combinando um olhar adequado para o tamanho do desafio de aprendizagem no país com um enquadramento bastante político das soluções, trazendo o combate à chamada “doutrinação nas escolas” como ponto recorrente ao longo da proposta. O diagnóstico confere pouca atenção à natureza sistêmica dos desafios educacionais e simplifica a relação entre financiamento e qualidade ao afirmar que o gasto por aluno mais que triplicou sem produzir resultados correspondentes. Ao mesmo tempo, são apresentadas propostas para agendas relevantes, como Educação Integral em Tempo Integral e Educação Profissional e Tecnológica (EPT), conforme destacado a seguir.

Link de acesso ao plano de governo: [AQUI](#)

Destaques

Na Educação Integral em Tempo Integral, o plano associa a ampliação da jornada a mais tempo para aprendizagem, reforço e atividades formativas. No capítulo “Brasil por Elas”, é apresentada a proposta de ampliar a oferta de creches em período integral, com alimentação e atenção ao desenvolvimento infantil. Também propõe ampliar a Educação Profissional e Tecnológica no Ensino Médio em parceria com o setor produtivo, que poderia contribuir para a definição da oferta e custear bolsas de formação técnica, com foco na inovação e na inserção profissional dos estudantes.

Outro destaque é a ampliação da infraestrutura tecnológica das escolas, com a oferta de internet, computadores, tablets e robótica. Embora o Brasil tenha avançado nessa agenda nos últimos anos, a universalização da conectividade adequada para fins pedagógicos e a disponibilização de equipamentos ainda constituem desafios relevantes.

No campo do financiamento, o plano propõe vincular repasses ao cumprimento de metas de aprendizagem, afirmando que esse modelo não deverá abandonar as regiões com maiores dificuldades. A proposta pode ser importante, mas não explica como seria operacionalizada. Não se explicita, por exemplo, se isso envolveria mudanças no funcionamento e no tamanho da complementação VAAR¹ ou em outros mecanismos das complementações do Fundeb.

Entre as ideias menos presentes no debate educacional, o plano defende transferir a governança do Ensino Superior para o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. A mudança poderia contribuir para ampliar o foco do Ministério da Educação na Educação Básica, mas seus possíveis efeitos sobre a coordenação das políticas educacionais, a formação inicial de professores e o financiamento exigem ainda uma avaliação mais cuidadosa.

¹ O Valor Aluno Ano por Resultado (VAAR) é uma modalidade de complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) destinada a estados e municípios que cumprem condicionalidades de gestão e avançam em resultados educacionais. A [“Nota explicativa sobre a Complementação-VAAR” \(Todos Pela Educação, 2025\)](#) apresenta o seu funcionamento, detalhando as regras de cálculo, as etapas de habilitação e os critérios de distribuição dos recursos.

Pontos de atenção

Embora seja positivo que o plano reconheça a importância da recomposição das aprendizagens, a resposta apresentada é insuficiente diante da dimensão do desafio e do papel esperado do governo federal. O Programa Acolher propõe remunerar estudantes com bom desempenho para oferecer tutoria aos colegas com dificuldades. A tutoria entre pares pode ser uma estratégia válida, mas seu desenho e sua implementação fazem mais sentido no âmbito das redes de ensino, e não como uma política nacional. Além disso, a proposta concentra seu principal incentivo nos estudantes tutores, sem detalhar como seriam identificados, atendidos e acompanhados aqueles estudantes que se encontram nos níveis mais baixos de aprendizagem e deveriam estar no centro da política. Ao governo federal caberia estruturar uma política nacional mais ampla, capaz de apoiar estados e municípios com metas, diagnósticos, financiamento, materiais pedagógicos, formação docente, avaliação e acompanhamento da implementação.

A priorização do método fônico como resposta central para a alfabetização também merece atenção. Não se trata de desconsiderar sua contribuição para o processo de aprendizagem, mas de reconhecer que não cabe a uma política nacional induzir a adoção de um método único pelas redes de ensino. A experiência da Política Nacional de Alfabetização (PNA), implementada no governo anterior com forte ênfase nessa abordagem, não foi capaz de produzir avanços expressivos. Mais do que prescrever um método, o papel do governo federal deve ser estruturar um regime de colaboração, junto aos estados e municípios, que ofereça apoio técnico e financeiro para que as redes implementem políticas de alfabetização consistentes.

Por fim, o plano propõe *vouchers* para matrícula em instituições privadas, quando não houver vagas na rede pública. Na escolaridade obrigatória, o acesso à escola está praticamente universalizado, e a demanda não atendida concentra-se especialmente na Educação Infantil, sobretudo nas creches. Nesse caso, o papel do governo federal deveria ser apoiar os municípios na expansão planejada da oferta, inclusive por meio de convênios com organizações sociais, como já ocorre em diversas redes. Essa alternativa possui maior aderência aos arranjos existentes do que a transferência direta de *vouchers* às famílias, modelo pouco consolidado nas políticas educacionais brasileiras.

Aspectos fortemente desalinhados com a agenda e posicionamentos do Todos

O plano propõe ainda ampliar as escolas cívico-militares, afirmando que elas reuniram “disciplina e bom desempenho”. Conforme a publicação [O que o Todos Pensa sobre Escolas Cívico-Militares](#), as evidências disponíveis não permitem atribuir melhores resultados à presença de militares nas escolas.

O plano também atribui destaque ao combate à “doutrinação político-partidária” nas escolas e na formação dos professores. Na visão do Todos Pela Educação, esse não figura entre os desafios centrais da Educação Básica brasileira e não deveria ocupar espaço prioritário na agenda do Ministério da Educação diante da urgência de melhorar a aprendizagem e reduzir as desigualdades educacionais.

Visão sistêmica da proposta de Flávio Bolsonaro Com base na mandala temática de políticas educacionais nacionais elencadas pelo Todos Pela Educação	
* Para fins desta análise, "Outras modalidades" reúne Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola, Educação Bilingue de Surdos e Educação Especial Inclusiva. ** No plano de Flávio Bolsonaro, a proposta de ampliação das creches foi contabilizada em Primeira Infância. A Educação Infantil foi classificada como ausente por não receber uma proposta educacional específica.	Abrangência das 4 prioridades necessárias para o ciclo 2027-2030?
	1. FORMAÇÃO INICIAL DOCENTE Não
	2. RECOMPOSIÇÃO DAS APRENDIZAGENS Parcialmente
	3. REESTRUTURAÇÃO DAS AVALIAÇÕES NACIONAIS Não
	4. EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL Sim

2.3. Luiz Inácio Lula da Silva (PT)

Visão geral

A proposta concebe a educação como direito e instrumento de transformação social e redução das desigualdades. A partir disso, o plano concentra-se na apresentação das políticas e dos resultados da gestão atual para este fim, defendendo continuidade e expansão de iniciativas, porém sem um diagnóstico aprofundado sobre os desafios que permanecem. A proposta não traz destaque explícito a mudanças estruturais e inovações necessárias, por exemplo, para alcançar as metas do novo Plano Nacional de Educação (PNE), mencionado como compromisso pelo eventual próximo mandato. Ainda assim, reúne políticas nacionais relevantes e de alcance sistêmico, que abrangem diferentes etapas da trajetória educacional e combinam coordenação federativa, financiamento e apoio às redes em agendas centrais destacadas abaixo.

Link de acesso ao plano de governo: [AQUI](#)

Destaques

Um primeiro destaque é o compromisso de orientar a atuação federal para o cumprimento das metas do novo Plano Nacional de Educação (PNE), reconhecendo o próximo mandato como decisivo para construir as bases dos avanços esperados até 2036.

O plano propõe fortalecer políticas em diferentes momentos da trajetória educacional. Na Educação Infantil, prevê ampliar o apoio a estados e municípios para a construção de creches e Pré-Escolas. Na alfabetização, defende a continuidade do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, com a meta de alcançar 80% das crianças alfabetizadas na idade adequada.

Duas prioridades do Dois Movimentos ganham centralidade no plano. A primeira é a proposta de instituir uma “estratégia nacional permanente de recomposição e aceleração das aprendizagens”, com atenção especial aos Anos Finais do Ensino Fundamental e ao Ensino Médio. A segunda é a Educação Integral em Tempo Integral, cujo fomento é apresentado como de “absoluta prioridade”, com sua expansão associada ao financiamento pelo Fundeb e aos investimentos em infraestrutura realizados pelo novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC).

Em relação aos professores, o plano propõe dar continuidade ao Pé-de-Meia Licenciaturas e ao Bolsa Mais Professores, com foco na atratividade das licenciaturas e na fixação de docentes em regiões e áreas do conhecimento com maior escassez.

Outro destaque é o fortalecimento do papel do MEC no apoio à capacidade de gestão das redes de ensino. O plano propõe que a União exerça uma liderança nacional, oferecendo apoio técnico aos entes, contribuindo para a formação de equipes técnicas e ampliando o compartilhamento de dados para qualificar a implementação das políticas educacionais. Também se compromete a universalizar a conectividade adequada nas escolas, dando continuidade aos investimentos federais realizados nos últimos anos.

As agendas de equidade estão presentes em outros capítulos, por meio da aceleração da implementação da Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ) e do apoio à Educação Escolar Indígena, à Educação Especial na perspectiva inclusiva e à Educação Bilíngue de Surdos.

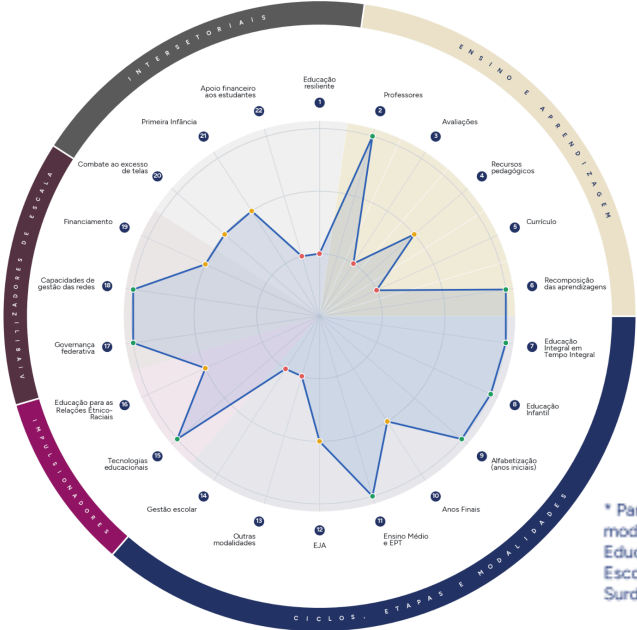
Pontos de atenção

Um primeiro ponto de atenção é o tratamento ainda limitado conferido à formação inicial de professores, considerada o principal desafio atual da agenda docente e uma área sobre a qual o governo federal dispõe de instrumentos diretos de atuação. O plano propõe dar continuidade ao Pé-de-Meia Licenciaturas, iniciativa importante para ampliar a atratividade e favorecer a permanência nos cursos, mas não apresenta medidas concretas para elevar a qualidade da formação oferecida nas licenciaturas.

Um segundo ponto diz respeito à estratégia de expansão da Educação Profissional e Tecnológica. O plano concentra suas propostas na ampliação e na interiorização dos Institutos Federais, que cumprem

papel importante na oferta de cursos técnicos de qualidade, mas, sozinhos, não possuem escala suficiente para responder à demanda do país. A expansão da Rede Federal deveria ser complementar a uma estratégia nacional mais ampla, por meio da qual o MEC apoiasse técnica e financeiramente o fortalecimento da oferta de EPT pelas próprias redes estaduais, responsáveis pela maior parte das matrículas do Ensino Médio. Essa dimensão, contudo, não está contemplada no plano.

Por fim, embora seja meritória a proposta de fortalecer o Pé-de-Meia, o plano não discute seu aperfeiçoamento, sua focalização nos jovens com maior risco de evasão nem sua sustentabilidade orçamentária. Em 2026, o programa representa 46% das despesas discricionárias do MEC destinadas à Educação Básica, comprimindo o espaço disponível para outras políticas estruturantes. Essa discussão é especialmente importante porque o próprio plano anuncia como prioridades a recomposição das aprendizagens e a Educação Integral em Tempo Integral, agendas que receberam recursos limitados no atual governo. Sem explicitar como pretende ampliar ou reorganizar o financiamento, há o risco de que essas políticas continuem sem os recursos necessários para alcançar a escala e a capacidade de implementação compatíveis com a prioridade que lhes é atribuída.

Visão sistêmica da proposta de <u>Luiz Inácio Lula da Silva</u> Com base na mandala temática de políticas educacionais nacionais elencadas pelo Todos Pela Educação	Abrangência das 4 prioridades necessárias para o ciclo 2027-2030?
	1. FORMAÇÃO INICIAL DOCENTE Parcialmente
	2. RECOMPOSIÇÃO DAS APRENDIZAGENS Sim
	3. REESTRUTURAÇÃO DAS AVALIAÇÕES NACIONAIS Não
	4. EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL Sim

2.4. Renan Santos (Missão)

Visão geral

O plano parte de um diagnóstico correto que enfatiza os baixos níveis de aprendizagem, apoiado em evidências e comparações internacionais, e a violência e a indisciplina escolar como desafios educacionais relevantes. As respostas apresentadas, contudo, possuem abrangência limitada e concentram-se principalmente na adoção universal do método fônico para alfabetização, no endurecimento das regras disciplinares com criação de incentivos financeiros associados à disciplina e ao mérito.

Link de acesso ao plano de governo: [AQUI](#)

Destaques

O principal destaque do plano está no diagnóstico sobre a aprendizagem. Com base nos resultados do Pisa, reconhece a persistência dos baixos níveis de desempenho ao longo de diferentes governos e estabelece como compromisso elevar a qualidade das escolas, com ênfase nas aprendizagens de Língua Portuguesa e Matemática e atenção prioritária à alfabetização. Para orientar a melhoria da Educação Básica, cita a experiência do Ceará, uma das principais referências subnacionais do país, e propõe constituir um grupo de trabalho para adaptar e disseminar suas práticas bem-sucedidas.

No entanto, as políticas propostas estão pouco alinhadas às estratégias que têm produzido melhores resultados no Brasil e em outros países e, inclusive, aos principais fundamentos da própria experiência cearense. O avanço do Ceará esteve fortemente associado à construção de um regime de colaboração, no qual o estado oferece apoio técnico e financeiro, estabelece incentivos e atua conjuntamente com os municípios, preservando as responsabilidades de cada ente. O plano, em contraste, propõe ampliar as competências da União e centralizar decisões sobre métodos de alfabetização, disciplina e organização escolar. Assim, embora acerte ao reconhecer a aprendizagem como desafio central e ao escolher o Ceará como uma das referências, não traduz adequadamente seus aprendizados no desenho das políticas apresentadas.

Pontos de atenção

Como apontado na análise do plano de Flávio Bolsonaro, a priorização do método fônico como resposta central para a alfabetização também merece atenção. Não se trata de desconsiderar sua contribuição, mas de reconhecer que uma política nacional não deve induzir a adoção de um método único.

Também merece atenção a proposta de reunir novamente os ministérios da Educação e da Cultura. As duas áreas possuem atribuições, políticas e formas de atuação distintas, e sua integração em uma única pasta ampliaria ainda mais o já extenso escopo do MEC. A mudança poderia reduzir a prioridade

institucional conferida à Educação Básica, justamente em um momento que exige maior capacidade federal de coordenação, indução e apoio às redes de ensino.

Aspectos fortemente desalinhados com a agenda e posicionamentos do Todos

O plano também propõe reduzir aos poucos a progressão continuada até sua revogação. Na visão do Todos Pela Educação, **O que o Todos Pensa sobre Progressão Continuada**, incentivar a reprovação não assegura a aprendizagem e amplia os riscos de abandono e evasão, especialmente entre estudantes vulneráveis. Uma política de progressão continuada efetiva pressupõe acompanhamento e intervenções pedagógicas de recomposição das aprendizagens ao longo dos ciclos. Portanto, o desafio está em aprimorar a progressão continuada e não em proibi-la.

Outra frente central do plano é o enfrentamento da violência e da indisciplina por meio de um Código Nacional de Conduta Estudantil, de um ranking de disciplina vinculado ao VAAR do Fundeb e da expansão das escolas cívico-militares. Na visão do Todos Pela Educação, não cabe ao MEC definir nacionalmente regras de convivência e sanções uniformes para todas as escolas. Essas normas devem ser construídas principalmente pelas redes e pelas próprias unidades escolares, considerando seus contextos e com participação da comunidade. Também não parece adequado acrescentar ao VAAR um novo critério relacionado à disciplina, de difícil mensuração e comparação entre redes. O aperfeiçoamento desse mecanismo deveria buscar simplificar suas regras e torná-las mais claras, e não ampliar ainda mais sua complexidade. Da mesma forma, as evidências disponíveis não permitem atribuir melhores resultados educacionais à presença de militares nas escolas, como já apontado na análise do plano de Flávio Bolsonaro.

Visão sistêmica da proposta de Renan Santos Com base na mandala temática de políticas educacionais nacionais elencadas pelo Todos Pela Educação	Abrangência das 4 prioridades necessárias para o ciclo 2027-2030?
	1. FORMAÇÃO INICIAL DOCENTE Não
	2. RECOMPOSIÇÃO DAS APRENDIZAGENS Não
	3. REESTRUTURAÇÃO DAS AVALIAÇÕES NACIONAIS Não
	4. EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL Não

2.5. Romeu Zema (Novo)

Visão geral

O plano organiza suas propostas em seis eixos articulados pela orientação de “colocar no centro o que realmente importa: a aprendizagem do aluno” e que se ampara em diagnóstico amplo e sustentado por indicadores relativos a diferentes momentos da trajetória educacional. Sua estrutura é abrangente e combina medidas pedagógicas, mecanismos de financiamento e mudanças institucionais voltadas a diferentes etapas e dimensões do sistema. O principal ponto de atenção está no eixo de liberdade de escolha e pluralidade de modelos educacionais, que inclui escolas cívico-militares e educação domiciliar, medidas cuja efetividade não encontra respaldo robusto nas evidências disponíveis.

Link de acesso ao plano de governo: [AQUI](#)

Destaques

O principal destaque do plano é a centralidade conferida à aprendizagem como elemento organizador das políticas educacionais propostas e um conjunto de propostas articuladas em diferentes etapas educacionais. Na Primeira Infância, defende ampliar creches e pré-escolas, com prioridade para famílias vulneráveis e parâmetros nacionais de qualidade (incluindo avaliações da etapa no Saeb). No Ensino Médio, propõe ampliar a Educação Profissional e Tecnológica em articulação com redes estaduais, Institutos Federais, Sistema S, instituições privadas e setor produtivo. Também defende focalizar o Pé-de-Meia nos estudantes com maior risco de abandono. De forma transversal, prevê transformar o Pacto Nacional pela Recomposição das Aprendizagens em uma “estratégia nacional clara”, priorizando a alfabetização e o apoio intensivo aos estudantes com defasagens, assim como expansão da Educação Integral em Tempo Integral, mediante financiamento e parcerias condicionadas à qualidade e aos resultados.

No campo do ensino e da aprendizagem, o plano propõe fortalecer o Saeb, ampliando sua capacidade de avaliar competências analíticas, resolução de problemas e aplicação prática dos conhecimentos, de modo que seus resultados orientem as políticas educacionais. Também defende revisar a BNCC para torná-la mais clara, objetiva e concentrada nas aprendizagens essenciais de cada etapa. Na agenda de professores, a formação inicial é contemplada por propostas de aproximação das licenciaturas com a prática escolar e com as evidências sobre aprendizagem, fortalecimento dos critérios de qualidade dos cursos, ampliação das residências pedagógicas e atração de estudantes de alto desempenho para a carreira docente.

Por fim, tal como o plano de Flávio Bolsonaro, a proposta defende transferir o Ensino Superior para o Ministério da Ciência e Tecnologia. A mudança pode contribuir para conferir maior centralidade à Educação Básica no MEC, mas seus impactos precisam ser avaliados com cautela.

Aspectos fortemente desalinhados com a agenda e posicionamentos do Todos

O eixo de liberdade de escolha reúne propostas que pedem análise cuidadosa. Conforme a publicação [O que o Todos Pensa sobre Escolas Cívico-Militares](#), não há evidências robustas de que a presença de militares produza melhores resultados educacionais, como argumentado nas propostas anteriores.

Por sua vez, a regulamentação da educação domiciliar, como discutido na publicação [O que o Todos Pensa sobre Homeschooling](#), é uma medida para a qual não há evidências de resultados educacionais superiores aos da escola regular e que, ao retirar a escola do centro da rotina educacional, pode fragilizar a socialização e a rede de proteção de crianças e adolescentes, além de aprofundar desigualdades entre famílias com diferentes condições de acompanhamento.

Visão sistêmica da proposta de Romeu Zema

Com base na mandala temática de políticas educacionais nacionais elencadas pelo Todos Pela Educação

**Abrangência das
4 prioridades necessárias
para o ciclo 2027-2030?**

**1. FORMAÇÃO INICIAL
DOCENTE**

Sim

**2. RECOMPOSIÇÃO DAS
APRENDIZAGENS**

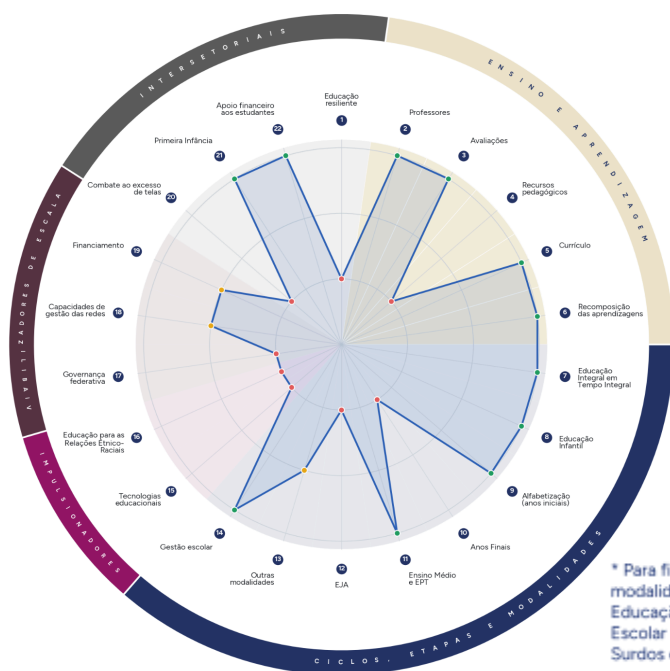
Sim

**3. REESTRUTURAÇÃO DAS
AVALIAÇÕES NACIONAIS**

Sim

**4. EDUCAÇÃO INTEGRAL
EM TEMPO INTEGRAL**

Sim



* Para fins desta análise, "Outras modalidades" reúne Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola, Educação Bilingue de Surdos e Educação Especial Inclusiva.

2.6. Ronaldo Caiado (PSD)

Visão geral

Ao estabelecer que “a aprendizagem será prioridade nacional”, o plano apresenta 16 propostas que abrangem diferentes etapas e dimensões da política educacional, construídas à luz de diagnóstico importante, abarcando um olhar sobre toda trajetória escolar. A atuação da União é associada à definição de padrões, avaliação, financiamento com equidade, apoio técnico e disseminação de práticas eficazes, em articulação com estados e municípios. Embora abrangente, o plano precisa avançar no detalhamento das condições de implementação como financiamento, responsabilidades e mecanismos de coordenação que sejam capazes de traduzir o conjunto de propostas em uma estratégia executável em escala nacional.

Link de acesso ao plano de governo: [AQUI](#)

Destaques

A proposta se destaca por organizar a agenda educacional em torno da aprendizagem, com atenção às diferentes etapas e aos fatores necessários para produzir avanços em escala. Na alfabetização, o plano propõe apoiar estados e municípios para que todas as crianças leiam, escrevam, compreendam textos e dominem fundamentos matemáticos até o final do 2º ano, combinando formação, materiais, avaliação diagnóstica, tutoria e incentivos à melhoria com equidade. O plano também apresenta estratégias próprias para Educação Infantil, Anos Finais e Ensino Médio, neste, por exemplo, propõe expandir a EPT, considerando as demandas produtivas regionais, além de focalizar os incentivos financeiros nos estudantes de baixa renda com maior risco de abandono.

As quatro prioridades defendidas pelo Todos Pela Educação para os próximos mandatos recebem propostas específicas. Para a recomposição das aprendizagens, prevê diagnóstico por estudante e rede, materiais, tempo adicional dedicado à aprendizagem, tutoria, formação e meta de redução do contingente abaixo do nível básico. Na formação inicial, o plano defende elevar o padrão das licenciaturas, ampliar a prática supervisionada, restringir cursos de baixa qualidade e oferecer bolsas de atração à docência. Para as avaliações nacionais, propõe fortalecer Saeb, Ideb e avaliações formativas, com resultados mais rápidos e indicadores de aprendizagem, equidade, clima escolar e trajetória. Na Educação Integral em Tempo Integral, prioriza territórios vulneráveis e associa a jornada ampliada à aprendizagem, ao esporte, à cultura, à ciência e ao projeto de vida.

Pontos de atenção

Apesar de reconhecer, no diagnóstico, as desigualdades de aprendizagem associadas à raça e ao território, o plano não apresenta uma estratégia específica para enfrentá-las. Não há propostas voltadas

à Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER), à implementação da PNEERQ ou ao fortalecimento das modalidades de Educação Escolar Quilombola e Indígena.

Outro ponto diz respeito ao papel atribuído ao governo federal na relação com as escolas. Embora o plano afirme que a União respeitará a gestão local e apoiará estados e municípios, algumas propostas preveem direcionar recursos, apoio e iniciativas diretamente às unidades escolares, sem esclarecer o papel das secretarias de Educação na coordenação e na implementação. Em um sistema federativo, cabe ao MEC estabelecer diretrizes, oferecer financiamento e apoio técnico e fortalecer a capacidade das redes, enquanto estados e municípios organizam a execução junto às escolas. Sem essa mediação, há risco da fragmentação das políticas, sobrecarregar as unidades escolares e criar iniciativas federais pouco articuladas ao planejamento de cada rede.

Visão sistêmica da proposta de <u>Ronaldo Caiado</u> Com base na mandala temática de políticas educacionais nacionais elencadas pelo Todos Pela Educação	Abrangência das 4 prioridades necessárias para o ciclo 2027-2030?
	1. FORMAÇÃO INICIAL DOCENTE Sim
	2. RECOMPOSIÇÃO DAS APRENDIZAGENS Sim
	3. REESTRUTURAÇÃO DAS AVALIAÇÕES NACIONAIS Sim
	4. EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL Sim

3. Que mensagens as propostas apresentadas para a educação deixam?

Os planos de governo cumprem papel relevante ao explicitar diagnósticos, prioridades e caminhos para a política educacional do próximo ciclo. Nesse sentido, é positivo que os documentos apresentados pelos seis presidenciais analisados reconheçam os baixos níveis de aprendizagem como um problema central ou estabeleçam sua melhoria como grande objetivo. No entanto, há ampla variação quanto à profundidade dos diagnósticos e à consistência e abrangência das estratégias propostas para enfrentar o desafio.

Entre as etapas da trajetória educacional, a Educação Infantil aparece em quatro dos seis planos, principalmente por meio de propostas para ampliar a oferta de vagas em creches e pré-escolas. A alfabetização é o único tema presente nos seis planos, o que demonstra sua consolidação como prioridade nacional. As estratégias propostas, contudo, seguem direções distintas. Enquanto alguns documentos defendem a indução de um método específico de alfabetização, especialmente o método fônico, outros enfatizam o fortalecimento do regime de colaboração. Em contraste com essa recorrência, propostas específicas para os Anos Finais do Ensino Fundamental aparecem em apenas dois planos, apesar dos graves desafios que caracterizam essa etapa. No Ensino Médio, a principal convergência está na expansão da Educação Profissional e Tecnológica, presente em cinco dos seis planos.

Entre as agendas transversais consideradas prioritárias pelo Todos Pela Educação, a Educação Integral em Tempo Integral também aparece em cinco planos. Já a recomposição das aprendizagens recebe propostas mais consistentes em três documentos. Ainda assim, mesmo as formulações mais estruturadas precisam avançar em escala, focalização e mecanismos de implementação para responder à meta do novo PNE de zerar o contingente de estudantes abaixo do nível básico de aprendizagem.

As prioridades que exigem mudanças mais estruturais no sistema recebem menor atenção. A formação inicial de professores aparece de maneira mais consistente em apenas dois planos e parcialmente em um terceiro, no qual a ênfase recai sobretudo sobre a atratividade e a permanência nas licenciaturas. Embora importantes, essas medidas precisam ser acompanhadas de propostas mais robustas para elevar a qualidade dos cursos de licenciatura. A reestruturação das avaliações nacionais, por sua vez, aparece em somente dois documentos, apesar de sua importância para produzir informações mais qualificadas sobre a aprendizagem e orientar políticas e práticas pedagógicas.

Por fim, ressalta-se que a próxima gestão eleita terá papel decisivo na primeira metade da vigência do novo Plano Nacional de Educação (PNE), ao definir condições políticas, institucionais e orçamentárias que poderão impulsionar ou limitar o cumprimento de suas metas até 2036. No entanto, apenas um dos seis planos toma o PNE como referência, ponto de atenção, visto que o plano é resultado de amplo processo de participação social e legislativa, constituindo o marco legal que deve orientar a política educacional no decênio.

Como propõe o documento Dois Movimentos, Uma Só Agenda, o próximo ciclo exigirá combinar a continuidade qualificada e o aprimoramento de políticas já estruturadas com mudanças mais profundas

em dimensões centrais do sistema. Esse avanço dependerá, sobretudo, de um foco muito maior na implementação. Mais do que multiplicar programas, será necessário garantir que as políticas sejam executadas com qualidade, consistência, continuidade e escala nas redes de ensino.

Sobre o Todos Pela Educação

Somos uma organização independente e suprapartidária que faz *advocacy* pela Educação Básica no Brasil. Nosso foco é atuar para que o poder público formule e implemente políticas públicas educacionais de maneira mais efetiva. Não temos ligação com partidos políticos nem interesses privados. Somos financiados unicamente por doações voluntárias de pessoas e organizações. Temos autonomia para desafiar, propor, questionar e cobrar o que precisa ser mudado, sempre com base em estudos e evidências concretas.

www.todospelaeducacao.org.br

